

A abordagem das capacitações e suas aplicações no desenvolvimento rural

Alessandra Troian

Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (UERGS),
Mestre em Extensão Rural (UFSM),
Doutoranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS).
xatroian@gmail.com

Angela Lucina Klein

Pedagoga (UFSM), Especialista em Educação Infantil (UFSM),
Mestre em Desenvolvimento Rural (UFRGS).
angelaklein@yahoo.com.br.

Leonardo Xavier da Silva

Economista (PUCRS), Mestre em Economia Rural (UFRGS),
Doutor em Economia (UFRGS). Atualmente, é professor adjunto da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vinculado ao Departamento de Economia
(DECON) e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR).
leonardo.xavier@ufrgs.br.

Resumo: A noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico não é suficiente para explicar o desenvolvimento rural. As mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas nas últimas décadas trouxeram uma infinidade de questionamentos acerca do que seria o desenvolvimento rural e de que maneira tais concepções influenciariam na qualidade de vida das pessoas. Neste cenário, emergem as ideias de Amartya Sen que preconiza o desenvolvimento como liberdade por meio da abordagem das capacitações. Partindo destes pressupostos, o presente artigo objetiva contribuir nos debates acerca do desenvolvimento, sobretudo rural, trazendo para a discussão a influência de Amartya Sen em estudos brasileiros, tendo como elemento central a questão da fome e da pobreza. Para isso, utilizou-se da revisão bibliográfica relacionada ao tema. Evidencia-se a influência da abordagem das capacitações na construção de um novo olhar acerca do desenvolvimento rural no contexto brasileiro, tornando-se um elemento essencial para estudiosos e formuladores de políticas públicas¹.

Palavras-chaves: Capacitações. Liberdades. Fome. Pobreza. Desenvolvimento.

¹ O presente artigo é uma reformulação do trabalho “ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES DE AMARTYA SEN E SUAS APLICAÇÕES PARA AS DISCUSSÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL” enviado para o 50º Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural.

Abstract: The notion of development as synonymous with economic growth is not sufficient to explain rural development. The social, political, economic and cultural occurred in recent decades have brought a myriad of questions about what would be the rural development and how these concepts influence the quality of life. In this scenario emerge the ideas of Amartya Sen calling for development as freedom through the capabilities approach. Based on these assumptions, this paper aims to contribute to debates about development, particularly rural areas, bringing to discuss the influence of Amartya Sen in Brazilian studies, taking as central the issue of hunger and poverty. For this, we used the literature review related to the theme. This study highlights the influence of the capabilities approach in building a new vision on rural development in the Brazilian context becoming an essential element for scholars and policy makers.

Key Words: Capabilities. Freedoms. Hunger. Poverty. Development.

Resumen: La noción de desarrollo como sinónimo de crecimiento económico no es suficiente para explicar el desarrollo rural. La política social, económica y cultural se produjo en las últimas décadas han traído una gran cantidad de preguntas acerca de lo que sería el desarrollo rural y la forma en que estos conceptos influyen en la calidad de vida. En este escenario, surgen las ideas de Amartya Sen vocación para el desarrollo como libertad a través del enfoque de las capacidades. Partiendo de estas premisas, el presente trabajo tiene como objetivo contribuir a los debates sobre el desarrollo, particularmente en áreas rurales, con lo que para analizar la influencia de Amartya Sen, en los estudios brasileños, tomando como centro el problema del hambre y la pobreza. Para ello, se utilizó la revisión de la literatura relacionada con el tema. Este estudio pone de relieve la influencia del enfoque de las capacidades en la construcción de una nueva visión sobre el desarrollo rural en el contexto brasileño convertirse en un elemento esencial para los estudiosos y los políticos.

Palabras clave: Capacidades. Libertades. Hambre. Pobreza. Desarrollo.

1. Introdução

A noção de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, que predominou por várias décadas, sobretudo na década de 1940 até aproximadamente meados da década de

1970, podendo muitas vezes ser observada até os dias atuais, já não é mais suficiente, embora tenha marcado muito, inclusive o meio rural. As mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas nas últimas três décadas trouxeram à tona questionamentos acerca do que de fato seria o desenvolvimento rural e de que maneira tais concepções influenciariam na qualidade de vida das pessoas.

Em meio a este cenário emergem novas teorias e abordagens em busca de uma compreensão acerca do que se entende por desenvolvimento rural. Questões como sustentabilidade ambiental, segurança alimentar, agricultura familiar e atividades não agrícolas ganham força nesse debate, contribuindo para um maior entendimento em torno desse tema, sobretudo no contexto brasileiro.

Nesta perspectiva, os estudos desenvolvidos por autores como Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga, José Graziano da Silva e John Wilkinson tornam-se importantes referências nos debates sobre desenvolvimento rural, evidenciando a complexidade presente na elaboração de uma definição que seja coerente com as características da sociedade atual (SCHNEIDER, 2007). Tais estudos, por sua vez, são profundamente influenciados por vários teóricos internacionais do campo da economia e da sociologia, a exemplo de Amartya Sen, prêmio Nobel de economia no ano de 1998, cuja proposta principal centra-se na ideia de desenvolvimento como liberdade. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento constitui um processo relacionado diretamente à expansão e garantia de liberdade para todas as pessoas, ou seja, “liberdade de agir como cidadão que tem sua importância reconhecida e cujas opiniões são levadas em conta, em vez de viver como vassalo bem alimentado, bem vestido e bem entretido” (SEN; 2000: 326).

De acordo com Kageyama (2008), a abordagem do desenvolvimento por meio das liberdades e das capacitações de Sen permite um processo de desenvolvimento mais igualitário, “empoderando” os atores para que eles possam fazer suas próprias escolhas. Inspirador e colaborador na construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), idealizado por Mahbub ul Haq, Amartya Sen trabalhou a problemática da fome, introduzindo que essa não se situava na falta de alimentos, mas no acesso aos mesmos. O autor inseriu o enfoque do *entitlement*² especificamente para a compreensão das grandes fomes que se abateram em diversos países no decorrer de suas histórias, ilustrando a aplicação empírica a casos ocorridos na Índia, país do seu nascimento, e mais recentemente na África (KAGEYAMA, 2008).

Do mesmo modo, Sen acredita que a renda seja um meio de se alcançar algo desejado, dando liberdade, e não o fim em si próprio. Por conseguinte, a renda não significa garantia de progresso nos aspectos sociais e ambientais de um povo ou de uma região. Partindo dessas premissas, o presente artigo tem como objetivo discutir o conceito de desenvolvimento de Amartya Sen, tendo como elemento chave a questão da fome e da pobreza e suas aplicações para a compreensão do desenvolvimento rural, buscando apresentar as aplicações e insuficiências da abordagem das capacitações para a realidade de estudos brasileiros. Desse modo, o texto segue organizado da seguinte forma: a) introdução; b) apresentação do autor; c) discussão sobre as capacitações no processo de desenvolvimento; d) a pobreza e a questão da fome; d) aplicação e crítica da abordagem das capacitações; e) breves considerações

² Refere-se ao conjunto das diferentes combinações de bens ou mercadorias, entre os quais os alimentos não são mais básicos, que cada pessoa em determinado momento em determinada sociedade, pode possuir (KAGEYAMA, 2008).

sobre o desenvolvimento rural na perspectiva de alguns autores brasileiros; e por fim, f) considerações finais.

2. Amartya Sen

Amartya Sen é indiano, nascido na cidade de Shantiniketan, em Bengala, no ano de 1933. Em 1952, mudou-se para a Inglaterra, onde estudou economia na Universidade de Cambridge. De volta à Índia, Sen profere conferências na Universidade de Jadavpur e torna-se professor da Escola de Economia de Delhi. Após lecionar na Índia e nos Estados Unidos, assume o cargo de professor titular do Trinity College, no Reino Unido, em 1988. Atualmente, é professor na Universidade de Harvard e na Universidade de Cambridge.

Considerado um economista que rompe com o pensamento econômico utilitarista, Sen afigura-se num economista *sui generis* em sua insistência quanto às relações íntimas entre economia e ética, ao mesmo tempo em que pratica e explicita um saudável pluralismo de método. É reconhecido como um leitor atento da tradição liberal clássica, tanto da economia quanto da filosofia política (KERSTENETZKY, 2000).

Ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998, teve sua carreira intensamente marcada pela fome que atingiu seu país no ano de 1943, matando aproximadamente três milhões de pessoas. Em suas pesquisas acerca da miséria, fome, pobreza e bem-estar social, o autor aprofunda o estudo das economias dos países em desenvolvimento e as condições de vida das populações mais pobres do planeta, o que tem contribuído para uma nova compreensão sobre esses conceitos.

Dentre as obras de Sen destacam-se: *Desenvolvimento como Liberdade* (2000), na qual está baseado este artigo e o ensaio *Pobreza e fome: um ensaio sobre o direito e a privação (Poverty and Famines: An Essay on Entitlements and Deprivation)* de 1981, no qual demonstrou que a fome não é consequência da falta de alimentos, e sim da desigualdade nos mecanismos de distribuição. Os temas centrais em sua obra giram em torno da questão da fome, a partir do estudo de uma série de situações em diversas regiões do mundo. A partir de sua investigação sobre as causas das fomes, seu trabalho no campo do desenvolvimento econômico tem tido muita influência na formulação do IDH.

Na abordagem das capacitações, a pobreza representa a ausência de algumas capacitações básicas para funcionar, ou seja, a carência pessoal de oportunidades para realizar alguns níveis minimamente aceitáveis de funcionamentos (MENDES, et al. 2000).

Sen procura demonstrar que o desenvolvimento pode vir a ser um processo intimamente atrelado à expansão e à garantia de liberdade para todos os indivíduos. Em face disso, o desenvolvimento só terá sentido se significar melhores condições para a expansão das liberdades individuais. É com o desenvolvimento “que se renovam as principais fontes de privações de liberdade: pobreza e tirania, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN; 2000: 18).

Segundo Kerstenetzky (2000), Sen se estende sobre as relações naturais e separações forçadas entre economia e ética, sugerindo que ambos os campos discursivos teriam a ganhar se reconhecessem os rendimentos desta cooperação.

3. A abordagem das capacitações no processo de desenvolvimento

O caminho do desenvolvimento não é único nem linear. Qualquer estudo que tenha a pretensão de trabalhar com a ideia de desenvolvimento tem que ter clareza no que há de “científico”, normativo, ideológico ou mesmo discursivo por trás da concepção de desenvolvimento. Inicialmente, é necessário ter em mente que existem diversas visões, definições e correntes que coexistem e disputam a ideia, para não dizer conceito, de desenvolvimento (SCHNEIDER, 2004).

A noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico foi indiscriminadamente apresentada até a década de 1970, podendo ser evidenciada por meio de estudos como de Walter Rostow (Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista) (FAVARETO, 2007). Ao dizer que esta ideia de desenvolvimento foi marcada pela época supracitada não se está afirmando que a assimilação entre desenvolvimento como sinônimo de crescimento esteja superada, pois ela permanece e pode ser visualizada nos dias atuais. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), promovido pelo Governo Federal a partir de 2007, pode ser um exemplo dessa concepção.

Celso Furtado defendia a visão de desenvolvimento como um mito, como um poder mobilizador e organizador. Riste e Riveiro, por sua vez, vêem o desenvolvimento como sendo apenas uma ilusão ideológica. Não esgotando e tão pouco querendo reduzir as correntes desenvolvimentistas, pode-se apresentar a ideia de desenvolvimento como utopia de valor ético e social dentro de desenvolvimento sustentável, proposta no Relatório de Brundtland.

E, por fim, a visão crítica sobre os rumos do desenvolvimento no contexto do capitalismo contemporâneo, na abordagem de Amartya Sen (FAVARETO, 2007).

Na década de 1970 a proposta de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico passou a ser questionada, primeiro em função das questões ambientais, em especial pelas discussões no âmbito do Clube de Roma. Contudo, o questionamento em torno desses dois conceitos baseado nas questões de pobreza e fome de fato ganhou espaço na academia e nas discussões de políticas públicas a partir dos estudos de Sen (1981).

A abordagem de Sen carrega a ideia de que desenvolvimento está relacionado a uma série de componentes interligados, como facilidades econômicas, liberdades políticas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segurança protetora (SEN, 2000). Nesse sentido, além de proporcionar aumentos na produção e na renda, o desenvolvimento deve também remover os principais obstáculos à privação de liberdade, principalmente: a fome, o acesso à saúde, ao trabalho, ao saneamento básico, a oportunidade de se vestir e morar em local adequado, entre outras.

Por conseguinte, renda e crescimento econômico são vistos como um meio e não um fim, o bem estar da sociedade depende de como a renda é utilizada e não apenas de seu nível. Analiticamente, o autor apoia-se na tríade de conceitos interligados, a saber: capacidades, funcionamentos e realizações. Do mesmo modo, o crescimento pode não contribuir para que haja o desenvolvimento, na medida em que ele pode favorecer o aumento das desigualdades entre ricos e pobres, gerando problemas sociais e impedindo que o conjunto da sociedade alcance níveis de bem estar.

Sen (2000) entende o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Em sua concepção, a liberdade é primordial para que haja desenvolvimento. Dessa forma, o desenvolvimento pode ser entendido desde as liberdades individuais até chegar ao bem coletivo, o que sugere que, antes de propormos ações e políticas de desenvolvimento, é preciso procurar saber se as ações das pessoas envolvidas no processo são por considerá-las as melhores, ou por falta de capacitações para agir de maneira diferente.

Segundo Cosbey (apud Costa; 2006), na visão de Sen, países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, também podem ser desenvolvidos. Basta que a sociedade e os governos proporcionem meios para que as pessoas tenham a possibilidade de exercer suas capacidades. Iniciativas para acabar com a pobreza e com a fome, surgidas na década de 1990, são ações com o objetivo de promover desenvolvimento no Brasil.

Seguindo essa linha, Kageyama (2008) ressalta que o desenvolvimento rural não é identificado como crescimento econômico, mas visto como um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental. Diante desta conjuntura, pode-se afirmar que para o desenvolvimento ocorrer no meio rural, acima de tudo, é necessário melhorar as condições de vida das pessoas e isso inclui aperfeiçoar suas capacidades de escolhas.

4. Capacitações e funcionamentos

Os funcionamentos e as capacitações são os principais constituintes da abordagem proposta por Amartya Sen. Os funcionamen-

tos refletem tudo aquilo que as pessoas podem ser ou fazer, enquanto as capacitações são os funcionamentos alternativos, são os estados ainda não executados efetivamente pela pessoa (MATTOS, 2006).

O termo “capacidades” procura refletir as habilidades que uma pessoa tem para executar ou alcançar os estados que considere desejáveis (KAGEYAMA, 2008). Em outras palavras, a capacidade de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é possível para ela. Para Sen (2000), os funcionamentos refletem as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso ter ou fazer, como por exemplo, não passar fome, nem miséria, ser membro ativo da comunidade, entre outras coisas variáveis de indivíduo a indivíduo.

A capacidade é a liberdade de efetivar tipos diversos de funcionamentos, ou de conduzir o tipo de vida que se deseja. A falta de liberdades leva às privações e as privações podem se desencadear na pobreza. A privação de alimentos, de nutrição adequada, de cuidados com a saúde, de saneamento básico e água potável, de educação, de emprego rentável, de segurança econômica e social, de liberdades políticas e de direitos civis são consideradas as piores privações que um indivíduo pode ter (SEN, 2000). Essa aproximação com as capacidades se enfoca na liberdade positiva, que é a capacidade real de uma pessoa de ser ou de fazer algo, em vez da liberdade negativa, que é comum em economia e se centra simplesmente na não interferência.

Assim, o debate em torno das capacidades só ocorrerá se todos forem incluídos no debate público, o que deverá acontecer a partir da adoção de pelo menos cinco liberdades instrumentais, consideradas pelo autor como fundamentais: a) Liberdades políticas; b) Facilidades econômicas; c) Oportunidades sociais; d)

Garantias de transparência e, e) Segurança protetora. As liberdades políticas incluem os direitos civis e referem-se à liberdade de escolha por parte das pessoas sobre quem deve governar e porque, além dos direitos de fiscalização e crítica dos governantes, através de uma imprensa livre e atuante. As facilidades econômicas compreendem as oportunidades por parte das pessoas para utilizar recursos econômicos para o consumo, produção ou troca. Neste sentido, o mercado tem um valor fundamental, em função de permitir a livre circulação de produtos e pessoas na economia. As oportunidades sociais referem-se aos serviços de saúde, educação, entre outros, que permitem o indivíduo não apenas a viver melhor em sua vida privada, mas que também contribuem e auxiliam na vida em sociedade (SEN, 2000).

Em relação às garantias de transparência, Sen destaca a necessidade de uma pessoa esperar sinceridade na sua relação com outras pessoas, instituições e Estado. Já a segurança protetora tem a função de proteger os indivíduos em situações de vulnerabilidade de caírem na miséria, através de uma rede de seguridade social e outras medidas que visem as garantias mínimas de sobrevivência das pessoas. O autor salienta que as liberdades não ocorrem de forma isolada. Um tipo de liberdade pode ajudar na promoção das demais, por meio das inter-relações que elas apresentam entre si (SEN, 2000).

Outro ponto de análise de Amartya Sen (2000) é a renda, que embora não seja considerada como um fim, como único item responsável pelo desenvolvimento do indivíduo, auxilia no custo de vida e tem fortes influências na existência do indivíduo. Ela pode ser responsável pela educação, saúde e lazer, itens estes que interferem diretamente no bem estar social das pessoas.

De acordo com Favareto (2007), uma das piores privações para Sen, e talvez a mais polêmica, é a restrição dos indivíduos a um livre mercado. A possibilidade de os indivíduos buscarem seus próprios meios de subsistência no mercado é considerada como essencial para garantir a autonomia e, conseqüentemente, a liberdade dos cidadãos. Na perspectiva seniana, o mercado pode ser algo progressista nas situações em que o simples acesso a determinadas parcelas da população à possibilidade da livre concorrência contraria segmentos poderosos que têm benefícios em relações de tutela e clientelismo.

Desse modo, para Sen (2000), o crescimento econômico e/ou crescimento da renda são meios para que o indivíduo possa alcançar objetivos desejáveis, atingindo um estágio almejado, o desenvolvimento. Ou seja, o crescimento econômico não é o fim como supõem os índices como Produto Interno Bruto (PIB) e renda *per capita* e sim o meio, a maneira de se adquirir o que se deseja. O autor usa exemplos de países como China e Índia para evidenciar que as altas taxas de PIB não significam riqueza, pois muitas vezes há má distribuição ocasionando pobreza, fome, deficiências no acesso a saúde, precárias formas de educação, altos índices de mortalidades, entre outros empecilhos ao desenvolvimento.

5. A pobreza e as fomes dentro da privação das capacidades

“Quem tem fome tem pressa” (BETINHO)

A questão da pobreza e da desigualdade orientou profundamente a principal obra de Sen, conduzindo a desenvolvimentos em várias direções (KERSTENETZKY, 2000). Para Amartya

Sen (2001), a pobreza não é simplesmente a falta ou poucos rendimentos dos indivíduos, mas sim a privação de suas potencialidades. Logo, é possível entender a pobreza como uma deficiência das capacidades básicas para alcançar níveis minimamente aceitáveis.

A conceituação de pobreza é algo extremamente complexo. Pode ser realizada levando em conta algum “juízo de valor”, em termos relativos ou absolutos. Pode ser estudada apenas do ponto de vista econômico ou incorporando aspectos não-econômicos à análise, sendo contextualizada de forma dependente ou não da estrutura sociopolítica da sociedade (CRESPO e GUROVITZ, 2002).

Segundo Crespo e Gurovitz (2002), o conceito de pobreza é categorizado como “juízo de valor” quando se trata de uma visão subjetiva, abstrata, do indivíduo acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades ou do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável. O indivíduo expressa sentimentos e receitas, de caráter basicamente normativo, do que deveriam ser os padrões contemporâneos da sociedade quanto à pobreza. Já a pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É quando o indivíduo, comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder.

De acordo com Hagenars e de Vos (1988), todas as definições de pobreza podem ser enquadradas em uma das três categorias: a) pobreza é ter menos que um salário mínimo definido (pobreza absoluta); b) é ter menos que os outros na sociedade (pobreza relativa) e, c) pobreza é sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva).

Dentro desta mesma linha de pensamento, Sen (1983) destaca que uma característica da pobreza é que ela possui uma “irredutível essência absoluta”, pois dentro dos seus elementos óbvios há a fome e a inanição e não importa a posição relativa na escala social para haver pobreza. Para Sen, a capacidade de enfrentar a pobreza depende da disponibilidade de ativos, assim como da habilidade de transformá-los em alimentos e satisfações das necessidades básicas (CHIRIBOGA, 2002).

Conforme é possível constatar nos estudos elaborados por Sen (2000), a quantidade de renda por si só não consegue dar conta de uma explicação consistente para esse fato em muitas sociedades ricas contemporâneas. Há outros benefícios não materiais, não mercantis e não econômicos que são mais valorizados pelos pobres do que melhorias materiais. Assim, o baixo nível de renda é apenas um dentre outros diversos fatores que influenciam a pobreza em países ricos.

Numa comunidade pobre os bens indispensáveis para preencher as necessidades básicas podem ser bem poucos e geralmente ligados à sobrevivência física, enquanto numa sociedade afluyente o conjunto de necessidades básicas é maior e mais complexo. Diante deste contexto, a pobreza pode ser definida de modo a representar não apenas o nível em que se podem satisfazer as necessidades nutricionais, por exemplo, mas também em que sejam garantidas as capacidades de participar das atividades comunitárias e de poder adotar as convenções sociais mínimas (KAGEYAMA e HOFFMANN, 2006; KAGEYAMA, 2008).

Segundo Amartya Sen (2000), a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar preestabele-

cido. Em sua visão, pobres são aqueles que não possuem capacitações básicas para levar uma vida digna e isso vai além do fato de possuir ou não renda. Por outro lado, para o Banco Mundial (2004), pobreza é a incapacidade de atingir níveis satisfatórios para alcançar a nutrição, saúde, educação e acessos ambientais, dentro da meta de reduzir o número de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia.

O que se pode visualizar na obra de Sen é que a renda, o fato de ter um dólar por dia, é algo relativo. Por exemplo, uma família que reside no interior do estado do Rio Grande do Sul, no município de Arvorezinha, com “hábitos” camponeses³ produzindo os alimentos necessários para o consumo familiar, não necessariamente precisa gastar mais de um dólar por dia para ter uma vida cujas necessidades básicas sejam atendidas, ao passo que uma família que reside no subúrbio de uma grande cidade teria suas necessidades básicas ‘ameaçadas’ caso tivesse que viver com apenas um dólar diário. Logo, ser considerado ou não pobre, passar ou não fome ou necessidades alimentares, depende de vários fatores que vão além da questão financeira.

Para tanto, percebe-se que apesar de o Banco Mundial ter inserido novos valores na classificação de pobreza, a questão da renda ainda está fortemente presente. Na análise deste órgão, a produção de alimentos para o autoconsumo, ou até mesmo algumas formas sustentáveis de extrativismo, corriqueiro em comunidades tradicionais, não são consideradas como parte da renda (KAGEYAMA e HOFFMANN, 2007).

³ Ellis (1988: 12) define os camponeses como “unidades domésticas com acesso a seus meios de vida na terra, utilizando principalmente trabalho familiar na produção agropecuária, sempre localizadas num sistema global, mas fundamentalmente caracterizadas pelo seu engajamento parcial em mercados que tendem a funcionar com alto grau de imperfeição”.

A definição e a mensuração da pobreza têm ocupado grande parte da literatura acadêmica, ao mesmo tempo em que se visualiza que a ideia de segurança alimentar e a questão da fome são restritas a instituições e organizações envolvidas em políticas de combate à fome e à desnutrição (KAGEYAMA e HOFFMANN, 2007).

A discussão sobre a segurança alimentar no Brasil ganha destaque a partir de estudos como o Mapa da Fome, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através da criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e por meio da Campanha de Combate a Fome e à Miséria, nos anos de 1993-94, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Em relação às políticas públicas específicas de combate à pobreza rural, mencionam-se os vários programas que vêm sendo financiados pelo Banco Mundial como, por exemplo, o RS - Rural no Rio Grande do Sul e o projeto Microbacias no estado de Santa Catarina (SCHNEIDER, 2007; SCHNEIDER e FIALHO, 2001).

Amartya Sen considera a fome coletiva como uma das mais revoltosas e cruciais formas de perda de liberdade. Para o autor, grande parte das “epidemias” de fomes coletivas sofridas no mundo civilizado não se deu por escassez de alimentos, e sim pela má distribuição de renda e das políticas desvinculadas de estratégias que visassem ao bem comum.

A fome relaciona-se não só à produção de alimentos e à expansão agrícola, mas também ao funcionamento de toda a economia e - até mesmo mais amplamente - com a ação das disposições políticas e sociais que podem influenciar, direta ou indiretamente, o potencial das pessoas para adquirir alimentos e obter saúde e nutrição. (SEN; 2000:190).

Passar fome, portanto, na concepção seniana, é estar desprovido do “intitulado”, isto é, não ter recursos para ir ao mercado, aspecto este que vale tanto para indivíduos como para países de um modo geral, que sofrem quando suas economias passam por dificuldades com o balanço de pagamentos e não podem importar alimentos, roupas, medicamentos, entre outros. Deve-se considerar aqui que aspectos mais complexos de mercado influenciam a oferta de alimentos. Nesse sentido, para se compreender a causa das fomes crônicas é preciso analisar todo o mecanismo econômico e não apenas a produção e a oferta de alimentos, ou, em outras palavras, torna-se necessário entender o que motiva o sistema de mercado a oferecer este ou aquele produto para esta ou aquela região em épocas distintas.

O crescimento econômico em países de baixa renda é uma condição necessária para a erradicação da pobreza; porém, esse crescimento pode reforçar e consolidar desigualdades na distribuição de renda, bens e poder. Não é surpresa a constatação de que é mais difícil redistribuir renda e erradicar a pobreza quando o crescimento iniciou com uma distribuição desigual de bens e de poder (SEN, 2001).

O paradigma do desenvolvimento humano no que diz respeito à redução da pobreza compreende uma ampla gama de considerações políticas. Na visão de Machado (2010), pode-se citar o *empoderamento* dos pobres, através do fortalecimento de suas capacitações, a equidade de gênero, o acesso a bens e ativos, o crescimento voltado para os pobres e a ação internacional para estimular oportunidades para pessoas e países pobres.

Para Castro et al. (2006), entretanto, falar em pobreza significa lembrar de subnutrição, analfabetismo, exclusão social, entre

outros. Como exemplos disso, as autoras lembram em seu trabalho uma passagem de Josué de Castro que referencia que pobreza se traduz em fome de saber, fome de conhecimento, de liberdades, de lazer. A famosa frase do autor, “...metade da humanidade não come; e a outra metade não dorme com medo da que não come” (Josué de Castro), reflete bem a problemática causada pela fome, ao ser analisada a partir dessa perspectiva.

Diante disso, torna-se relevante apresentarmos neste ensaio, a distinção dos conceitos de pobreza, fome e desnutrição, apresentadas por autores como Monteiro (1995), para quem o termo pobre significa:

as pessoas que não suprem permanentemente necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, cuidados de saúde, etc. Têm fome aqueles cuja alimentação diária não aportou a energia requerida para a manutenção do organismo e para o exercício das atividades ordinárias do ser humano (MONTEIRO; 1995:195).

A pobreza e a vulnerabilidade podem ser oriundas dos níveis de acesso aos recursos humanos, naturais, culturais e econômicos. Percebe-se que a exclusão social tem fortes relações com mesma e pode estar ligada ao acesso limitado de recursos tangíveis como terra, trabalho, capital e infraestrutura, ou também ao acesso a recursos intangíveis como fracas relações sociais, institucionais e políticas. A pobreza pode ser um processo onde os indivíduos reagem perante os choques ou riscos que enfrentam (LAUCHAND et al, 2009).

A população pobre é fortemente atingida pelos índices de insegurança alimentar, em função da sua correlação com a renda. Tal aspecto pode ser constatado a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, cujos resulta-

dos apontam que no Brasil havia 2.390.765 pessoas extremamente pobres com insegurança alimentar. O que se visualiza também é que a insegurança alimentar atinge de maneira mais expressiva a área rural, isso por considerar índices de renda, os quais são menores no meio rural do que no meio urbano. A natureza agrícola ou não agrícola da atividade exercida pelas famílias também é fator determinante na sua (in)segurança alimentar, assim como o fato de a pessoa de referência ser mulher, de cor preta ou parda (KAGEYAMA e HOFFMANN, 2006).

De acordo com Schneider e Fialho (2001), a pobreza rural revela-se como uma das facetas do processo de exclusão social, com raízes históricas ligadas ao próprio desenvolvimento do capitalismo no campo. Os autores mencionam ainda que o problema da pobreza e exclusão no campo não pode mais ser resolvido apenas com transferência de tecnologias ou por meio da migração da população rural para as cidades. Para que o problema da pobreza seja resolvido deve-se acima de tudo romper com a visão que se tem de desenvolvimento.

O Brasil, tendo rompido ou não com a noção de desenvolvimento oriundo na década de 1940 a 1970, já apresenta novos caminhos no que concerne à pobreza. Estudos do IPEA evidenciam uma visão positiva em relação à pobreza no Brasil, ao mostrar que entre os anos de 1995 e 2008, 12,8 milhões de pessoas saíram da condição de pobreza absoluta no país. Considerando o comportamento positivista do estudo em relação à queda nas taxas de pobreza, ele ainda avalia a possibilidade de o Brasil vir a superar a condição de pobreza extrema e reduzir a taxa de pobreza absoluta nos próximos anos. A estimativa é que até os anos de 2016 o Brasil já terá superado a miséria (IPEA, 2010).

Embora o estudo do IPEA seja muito motivador, pesquisas paralelas têm evidenciado muitos casos de fome no meio rural, em especial em pequenas propriedades agrícolas. Mas como pode estar ocorrendo fome em locais onde a terra como fator de produção é presente? Seria a política agrícola não suficiente, ou não adequada, para promover o desenvolvimento no meio rural? De qualquer forma, mesmo tendo muitas dúvidas, tem-se uma certeza: não há possibilidades de haver desenvolvimento onde há fome porque a pobreza pode até ser relativa, mas a fome é absoluta e exige urgência de alimento.

6. Aplicações e críticas da abordagem das capacitações

A perspectiva de Amartya Sen tem orientado muitos pesquisadores em diversos estudos realizados. Múltiplos são os estudiosos de desenvolvimento, inclusive de desenvolvimento rural, que utilizam de alguma forma, a abordagem seniana. Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga, pesquisando temas como as instituições, os mercados, os territórios e a agricultura familiar dentre vários vieses, se baseiam na expansão das liberdades. Graziano da Silva, renomado pesquisador do “novo rural”, coordenador do Projeto Rurbano, embora não use diretamente a abordagem de Sen em seus escritos, é responsável pelos programas sociais compensatórios como Bolsa Família e Fome Zero. Zander Navarro e José de Souza Martins, que trabalham com o desenvolvimento como acesso a bens e a justiça social, também de certa forma possuem inspiração seniana em seus estudos e, algumas vezes, na aplicação de políticas (SCHNEIDER, 2007). Pesquisador da Unicamp, Antônio Marcio Buainain, também

pode ser considerado um estudioso que utiliza das capacitações para desenvolver seus trabalhos.

Segundo Kageyama e Hoffmann (2006), a pesquisa de condições de vida na Região Metropolitana de São Paulo, realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), na década de 1990, é um bom exemplo de enfoque multidimensional ou multissetorial da pobreza. O estudo propõe uma classificação das famílias por um gradiente de carências, utilizando escalas setoriais e multissetoriais e classificações dicotômicas e politômicas.

A abordagem das capacitações também é utilizada no direito. Martha Nussbaum, na defesa da constituição universal dos direitos humanos, trabalha na posição de uma Teoria da Justiça baseada em um conjunto das capacitações básicas (MATTOS, 2006). A perspectiva seniana pode ainda ser visualizada na tese de Marin (2005), que juntamente com as capacitações, utiliza a teoria de Popper⁴ para medir os resultados de tentativas de intervenção para permitir a constituição de temas que possam ser utilizados na apresentação e apreciação de ferramentas avaliativas de políticas públicas ou outras iniciativas de desenvolvimento. A autora conclui que as perspectivas de Popper e Sen podem servir como base para um aprofundamento e melhora dessas diversas metodologias.

No âmbito do estado do Rio Grande do Sul, a abordagem das capacitações foi utilizada em diversos estudos. Como exemplo cita-se o trabalho realizado por Marin e Ottonelli (2008), no qual as autoras buscaram discutir a evolução do conceito e as medidas

⁴ Karl Popper desenvolveu uma metodologia que permite arquitetar a intervenção social de forma que seja possível acompanhar tal intervenção e discutir seus efeitos de forma participativa e crítica ao mesmo tempo (MARIN, 2005).

de pobreza visando a um melhor entendimento do problema e, a partir da abordagem das capacitações, calcularam uma medida multidimensional para a pobreza no município de Palmeira das Missões-RS. No referido estudo, a questão a ser analisada é se a pobreza, vista de uma perspectiva mais ampla, pode apontar uma realidade diferente para a dinâmica da pobreza no município.

Kühn (2004), por sua vez, utilizou a perspectiva das capacitações de Amartya Sen para analisar o micro crédito na promoção do processo de desenvolvimento rural a partir de uma tentativa de operacionalização desses conceitos no caso do município de Constantina/RS.

O estudo de Costa (2006) é outro exemplo de aplicação seniana. A utilização da abordagem das capacitações em seu trabalho de dissertação, que teve como universo empírico o município de Santo Cristo/RS, possibilitou à autora observar que a pobreza rural existente nessa região pode ser entendida para além da renda dessas famílias rurais. Costa concluiu que em Santo Cristo os agricultores encontravam-se em um processo de empobrecimento diante de constantes secas.

Para finalizar, sem a pretensão de reduzir e tão pouco esgotar o número de estudos realizados a partir da abordagem das capacitações, elenca-se alguns estudos como o de Mattos (2006), Costa (2006), Kühn (2004 e 2008) e Fritz (2009), todos realizados no âmbito do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Em relação às críticas, de acordo com Mattos (2006), a abordagem das capacitações ainda está em processo de construção e operacionalização. Uma das críticas reside no fato de os autores não terem definido uma lista das capacitações às quais considera

fundamentais para se avaliar a pobreza. Mattos acredita que há muita carência e deficiência de dados para se aplicar essa abordagem, com exceção daquelas que produzem seus próprios dados, através de longas e cansativas pesquisas de campo.

Referente a essa questão, o argumento de Sen é que se pretende avançar na teoria das capacitações como uma abordagem geral para avaliar o estado de liberdades dos indivíduos sem transformá-la numa teoria específica. O autor justifica ainda destacando o papel de agência que se traduz no processo de escolhas e liberdades para pensar e selecionar capacitações relevantes. Na visão de Mattos (2006) existem muitas capacitações para análise, e em um estudo é necessário delimitar quais são as que se pretende estudar.

O excesso de individualismo é outra crítica levantada sobre as abordagens senianas. A abordagem aproxima-se dos interesses individuais dificultando uma análise coletiva. Esta abordagem se preocupa apenas com as possibilidades de escolhas individuais e ignora as escolhas do coletivo (MATTOS, 2006). Segundo Domingues (2003), deve haver uma forma melhor do que a de Sen para lidar com a liberdade e as capacidades. O autor critica também o fato de Amartya Sen diluir os conceitos de liberdade e igualdade.

O texto de Favareto (2007), por sua vez, menciona como uma possível crítica à abordagem das capacitações o fato de o modelo não fornecer elementos para explicar porque em certos lugares o processo de expansão das liberdades ocorre e o porquê em outros ele permanece bloqueado. O autor menciona que Sen reconhece a lacuna em sua abordagem, mas mesmo reconhecendo a deficiência, a lacuna permanece em aberto.

Por fim, o fato de Amartya Sen não abarcar as questões ambientais, talvez possa ser uma das principais críticas a ser destacada em sua abordagem, pois ela não menciona o aspecto ambiental, nem sua relevância no processo de desenvolvimento.

7. Desenvolvimento rural: influências da perspectiva seninana

De acordo com Schneider (2007), a agenda do desenvolvimento rural no Brasil tem sido formulada pelo Estado e pelas políticas públicas implementadas desde a década de 1990, embora nessa década os estudos rurais brasileiros não focalizassem o tema do desenvolvimento rural. No entanto, salienta-se que no Brasil, nos anos setenta, sob condução dos governos militares, um conjunto de programas foi implementado nas regiões mais pobres, sob a responsabilidade do desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001).

Segundo Navarro (2001), a partir dos anos 1980, políticas inspiradas no que mais tarde chamou-se de neoliberalismo, enfraqueceram o papel do estado e o desenvolvimento rural saiu de cena. Assim, o tema ressurgiu novamente em meados da década de 1990.

Conforme Schneider (2007), o governo Fernando Henrique Cardoso, a partir do processo de estabilização da economia, abriu espaço para o debate acerca dos condicionantes e possibilidades de desenvolvimento no país. Este contexto torna-se favorável à emergência de propostas inovadoras de mudança social, incluindo as relacionadas ao desenvolvimento rural. Para o autor, os direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, além do cenário de estabilização macroeconômica da década de 1990, reconhe-

cem um ambiente jurídico e institucional renovado que preconiza um ordenamento assentado na maior descentralização do poder político do Estado.

Além disso, o segundo aspecto para que a temática do desenvolvimento rural ganhasse espaço nas discussões refere-se às mudanças da própria sociedade civil, uma vez que os movimentos sociais deixam de ser apenas reivindicativos e contestatórios, passando a ser proativos e propositivos. O terceiro aspecto está relacionado à incorporação da noção de sustentabilidade e meio ambiente (SCHNEIDER, 2007).

Neste sentido, dentre os fatores decisivos para que o tema do desenvolvimento rural ganhasse espaço e, sobretudo, legitimidade, destacam-se: a) ações dos movimentos sociais e o reconhecimento da agricultura familiar; b) influência do Estado no meio rural, através da Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários, transformada em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria do Desenvolvimento Rural e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e alguns programas sociais e de transferência de renda; c) as mudanças no âmbito político e ideológico, na dualidade entre agricultura familiar, representando o desenvolvimento rural, e o agronegócio; d) a discussão acerca da sustentabilidade ambiental, embora seja essa anterior à discussão do desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2007).

Paralelamente a isso, Oliveira e Mello (2006) identificam um conjunto de aspectos que favoreceram em demasia a emergência do debate acerca do desenvolvimento rural no país, tais como a crescente percepção a respeito dos impactos ambientais ocasionados pelo processo de intensificação da agricultura; a concepção em relação à manutenção das condições de pobreza envolvendo

uma parcela significativa da população rural, mesmo com a elevação do PIB agrícola do país; o aumento crescente dos custos de produção e queda de preços reais dos produtos agrícolas; e a marcante diminuição das oportunidades de emprego no meio rural.

Ainda segundo Schneider (2007), as discussões teóricas acerca do desenvolvimento rural no Brasil vêm sendo fortemente influenciadas pelas ações de caráter normativo e políticas estatais. Ou seja, a agenda de debates sobre o desenvolvimento rural no Brasil nos últimos 15 anos se deu através do Estado e de suas relações com os mediadores e estudiosos.

Dessa forma, influenciados por esse conjunto de fatores, vários pesquisadores passaram a dedicar-se ao tema, buscando compreender a dinâmica da sociedade rural atual e os aspectos que caracterizam e identificam o desenvolvimento destas áreas. Dentre as principais correntes orientadoras desse debate destacam-se a perspectiva de José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, cujas questões relacionadas às políticas de intervenção no meio rural devem centrar-se na diversificação das economias locais; a perspectiva defendida por Graziano da Silva e colaboradores, cujo novo modelo de desenvolvimento rural está intimamente relacionado à geração de empregos não-agrícolas no meio rural; a perspectiva apresentada por Zander Navarro, para quem o desenvolvimento rural envolve prioritariamente a elaboração de processos de democracia e de participação popular no meio rural; e a perspectiva de Wilkinson, na qual as estratégias de desenvolvimento rural devem basear-se na criação de novas condições que favoreçam a inserção dos produtos de caráter agrícola e não agrícola e dos serviços oferecidos pela agricultura familiar (OLIVEIRA e MELLO, 2006).

Para além desse conjunto de perspectivas, Schneider (2006) apresenta ainda outras abordagens que também vêm participando das discussões acerca do desenvolvimento rural no Brasil, evidenciando assim a diversidade de concepções que permeiam esse termo. Tais concepções, por sua vez, refletem o momento histórico e o contexto social em que estão inseridas, isto é, o momento atual representado pelas diferentes configurações econômicas e sócio-espaciais que vêm marcando essas últimas décadas.

Desse modo, como bem ressalta Navarro (2001), essa definição do que exatamente seja desenvolvimento rural tem variado ao longo do tempo, influenciada por diversas conjunturas, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento geral da economia e da vida social impõem às famílias e às atividades rurais. Cabe sublinhar que todas as propostas têm como objetivo final a melhoria do bem-estar das populações rurais. As diferenças, no entanto, estão nas estratégias, na hierarquização dos processos e nos métodos utilizados (NAVARRO, 2001).

Reconhece-se, assim, a dificuldade em se definir o que é desenvolvimento. No entanto, sabe-se que o desenvolvimento implica em uma condição de bem estar humano, garantia de liberdades individuais e respeito ao meio ambiente (VEIGA 2006). O desenvolvimento rural pode ser entendido como a compreensão dos processos de mudança social que ocorrem no espaço rural. Portanto, o desenvolvimento rural é resultado de um longo processo de experimento e inovação, através dos quais as pessoas constroem habilidades, conhecimentos e confiança em si mesmas para formar seu ambiente, promovendo o progresso, alcançando metas de crescimento econômico, equidade, distribuição de renda e liberdade política (EDWARDS, 1989 apud LONG, 2001).

Sob essa perspectiva e considerando as profundas mudanças estruturais ocorridas no âmbito da sociedade, relacionadas não apenas à economia, mas também às questões ambientais e culturais, o novo paradigma do desenvolvimento rural inclui, segundo Ploeg et al. (2000), a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos como a produção de bens públicos, a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo e a pluriatividade das famílias rurais. Para os autores, o desenvolvimento rural deve considerar as múltiplas e heterogêneas realidades.

O desenvolvimento rural, desse modo, passa a ser identificado não como crescimento econômico, mas sim como um processo envolvendo múltiplas dimensões que compreendem desde a econômica e sociocultural, até a dimensão política institucional e a dimensão ambiental (KAGEYAMA, 2008). Trata-se de uma ação previamente articulada que induz mudanças em um determinado ambiente rural. Por isso, o Estado sempre esteve presente à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural como agente principal. Ressalva-se que o desenvolvimento rural não se restringe nem ao rural e nem mesmo aos planos das interações sociais rurais, mas abarcam mudanças em diversas esferas da vida social (NAVARRO, 2001).

Em complemento a essas concepções, Chiriboga (2002) entende desenvolvimento rural pelo conjunto de intervenções destinadas ao crescimento sustentável de todas as atividades econômicas presentes nesse meio: a promoção da participação e do *empoderamento* dos grupos rurais, principalmente dos pobres e excluídos e consolidar suas organizações, assim como melhorar as condições e qualidade de vida da população. Para isso ocor-

rer, o autor considera quatro variáveis determinantes, a saber: a) a produtividade; b) o bem-estar e a qualidade de vida; c) o *empoderamento* e a consolidação de organizações locais e, d) o manejo sustentável dos recursos naturais.

Para Ploeg (2011), os atuais processos de desenvolvimento rural são caracterizados como um conjunto multifacetado e relativamente harmonioso de respostas às falhas de mercado. Segundo o autor, no Brasil, a luta contra os desequilíbrios sociais e espaciais e o fortalecimento da agricultura familiar são centrais para o desenvolvimento rural. Do mesmo modo, de acordo com Schneider (2007), ainda que de forma difusa, as abordagens desenvolvidas acerca do desenvolvimento rural parecem concordar que no Brasil o foco das ações deve combater a pobreza e as múltiplas vulnerabilidades das populações rurais. O desenvolvimento rural visa a uma ação previamente articulada que induz mudanças em um determinado ambiente rural, ou seja, que gere melhoria nas condições de bem-estar social.

Conforme Kageyama, para analisar o desenvolvimento e bem-estar, Sen adotou a concepção de que “o padrão de vida de uma sociedade não pode ser medido pela posse de um conjunto de bens, nem pela utilidade a eles inerente, mas reside nas capacidades dos indivíduos para utilizar esses bens para obter satisfação ou felicidade” (KAGEYAMA; 2008:54).

Partindo dessas análises, percebe-se que os aspectos que passaram a configurar no cenário atual mundial como indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento, sobretudo de desenvolvimento rural, começaram a receber fortes influências de Amartya Sen e da abordagem das capacitações. A partir daí, o desenvolvimento, aos poucos, deixou de ser sinônimo de crescimento; pro-

blemas como a fome e a pobreza extrema passaram a fazer parte das discussões de diferentes governos, antes preocupados apenas em aumentar o PIB e em promover o crescimento econômico; muitos estudiosos, economistas e sociólogos, passaram a reavaliar suas concepções acerca desse tema, dando novas direções para suas análises teóricas. E assim, as ideias de Amartya Sen, criticadas por alguns e defendidas por muitos, pouco a pouco vão sendo incorporadas no plano das políticas públicas, favorecendo a construção de um novo modo de pensar uma sociedade realmente desenvolvida. Da mesma forma, as questões em torno do que se entende por desenvolvimento rural também passam por uma reavaliação incorporando aspectos que de fato devem ser considerados no momento em que formos discutir a temática.

8. Considerações finais

Afinal, a partir das contribuições de Amartya Sen, o que se entende por desenvolvimento rural atualmente? Pode-se pensar o desenvolvimento rural de diversas maneiras, porém, independentemente do ângulo que se analisa o desenvolvimento, deve-se considerar que para ele ocorrer é imprescindível haver a melhoria na qualidade de vida da população rural. Desenvolvimento rural é um processo que envolve múltiplas dimensões (econômico, social, cultural, político-institucional e ambiental). É fortalecer o capital social, respeitando as diferentes culturas e conhecimentos, reconhecendo a capacidade dos atores sociais e das instituições locais (SCHNEIDER e GAZOLLA, 2011).

O objetivo do desenvolvimento está na expansão das capacidades humanas, mais do que no crescimento econômico. Nesse

sentido, a abordagem de Amartya Sen emerge como uma maneira alternativa de pensar o desenvolvimento, influenciando diversos estudiosos e pensadores governamentais, como no caso brasileiro, em que as discussões teóricas acerca do desenvolvimento rural vêm sendo fortemente influenciadas pelas ações de caráter normativo e políticas estatais. Portanto, corroborando o argumento de Schneider (2007), a agenda de debates sobre o desenvolvimento rural no Brasil nos últimos 15 anos se deu através do Estado e de suas relações com os mediadores sociais e pesquisadores.

A abordagem das capacitações é uma crítica à ideia de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e tem a questão social como ponto central. No contexto do desenvolvimento rural ela possui grande relevância. Embora complexa, a abordagem é inovadora por focar e enfatizar os valores e oportunidades cada de indivíduo. A importância do enfoque pode ser assinalada em função do processo histórico e das conceituações utilizadas na identificação de desenvolvimento, em especial nas décadas de 1880 a 1920 em que desenvolvimento era entendido como progresso. E, mais tarde, por volta da década de 1940 a 1970, onde permeava a ideia de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico.

A perspectiva das capacitações apresenta sua desenvoltura, tendo em vista que o produtivismo não acaba com a fome e a renda *per capita* e o PIB de um país não geram automaticamente liberdade nem capacidades de escolhas aos indivíduos. A pobreza não se traduz em rendas baixas e não deve ser entendida a partir destas, mas sim das capacidades básicas insuficientes. Ao se tratar a pobreza como uma deficiência de capacidade, ela não seria meramente um problema de falta de igualdade, mas também de falta

de liberdade. Liberdade de escolher, de opinar, entre outras coisas, muitas vezes complexas e de difícil mensuração.

Acredita-se que a maior contribuição do autor e de suas abordagens tem sido a demonstração de que o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que pode oferecer à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, como também segurança, liberdade, habitação e cultura. A expansão da liberdade é o fim prioritário e, ao mesmo tempo, o meio principal para o desenvolvimento.

Por fim, apesar da complexidade e da diversidade das liberdades acabarem tornando-se um obstáculo para operacionalizar a abordagem das capacitações em estudos, análises e avaliações, reconhece-se a importância da abordagem nos processos de desenvolvimento rural. A chave para o desenvolvimento é a existência do homem, na medida em que o distancie de questões complexas como a fome, permitindo-lhe condições de saúde, educação e trabalho para a elevação das pessoas a sua condição de sujeitos capacitados (no sentido seniano), autônomos, garantindo as engrenagens do caminhar rumo ao desenvolvimento.

9. Referências

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento e redução da pobreza:** reflexão e perspectiva. Preparado para as reuniões anuais de 2004 do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Outubro de 2004. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/PRESIDENTSITE/Resources/jdw_bourguignon_portuguese.pdf>. Acesso em: 24 de jun. de 2012.

- CASTRO, A. M. et al. **Breves comentários sobre fome e segurança alimentar**. Ministério da Ciência e Tecnologia - Prossiga/ Portal da fome e segurança alimentar. 2006.
- CHIRIBOGA, M. **Que hemos aprendido en Desarrollo Rural en los 90?** RIMISP, Chile, 2002.
- COSTA, A. M. **Pobreza e Vulnerabilidade de Agricultores Familiares de Santo Cristo/RS: uma análise da seca a partir da abordagem das capacitações**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-Eletrônica**, v.1, n.2, p. 1-12, jul./dez. de 2002.
- COSTA, A. M. **Pobreza e vulnerabilidade de agricultores de Santo Cristo/RS: uma análise da seca a partir da abordagem das capacitações**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- DOMINGUES, J.M. **Do Ocidente à modernidade: intelectuais e mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- ELLIS, F. **Peasants economics: farm households and agrarian development**. Cambridge: Cambridge University, 1988.
- FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Fapesp, 2007.
- FRITZ, K. B.B. **A insegurança alimentar no rural do Rio Grande do Sul: análise da privação de uma capacitação básica**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

- HAGENAARS, A.; DE VOS, K. The definition and measurement of poverty. **The Journal of Human Resources**, Spring, v.23 n.2, p.211-221, 1988.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil**. n. 58. 13 de jul. de 2010.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. **Pobreza, segurança alimentar e saúde no Brasil**. Campinas: Fundação Economia de Campinas, 2007.
- KERSTENETZKY, C.L. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.15, n. 42, p.113-122, fev. de 2000.
- KUHN, D. D. Operacionalizando os conceitos senianos: o micro-crédito em Constantina-RS. In: **Anais IX Encontro Nacional de Economia Política**, Uberlândia, MG, 2004.
- KUHN, D. D. **Oportunidades, ruralidade e pobreza no Rio Grande do Sul: as relações apresentadas pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- LAUCHANDE, C.; MONSERRAT, G.; PAULO, M. A.; CARVALHO, A.; PERRIRA, L.F.; GENTILAL D. Análise multidimensional da pobreza em três aldeias do norte de Moçambique. In: ALMEIDA, J. **Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

- LONG, N. **Development Sociology: actor perspectives**. London: Routledge, 2001.
- MACHADO, M.B. Desenvolvimento humano e multifuncionalidade da agricultura familiar no sertão semi-árido da Bahia. In: **Anais 48^a Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, Campo Grande, de 25 a 28 de julho de 2010.
- MARIN, S. R. **Karl Popper e Amartya Sen: temas para pensar em intervenção social e desenvolvimento humano**. 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- MARIN, S. R.; OTTONELLI, J. Pobreza em Palmeira Das Missões - RS: uma aplicação da abordagem das capacitações. In: **Anais 4^o Encontro de Economia Gaúcha**, Porto Alegre, de 29 a 30 de maio de 2008.
- MATTOS, E. J. de. **Pobreza rural no Brasil: um enfoque comparativo entre a abordagem monetária e a abordagem das capacitações**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- MENDES, P.; ALVES. S.S.B.C.S.; LOURENÇO, S.C.M. **Desenvolvimento e pobreza na obra de Amarta Kumar Sen**. Desenvolvimento e cooperação internacional, 2000. Disponível em: <<http://ssimone.no.sapo.pt/Desenvolvimento%20e%20pobreza.pdf>>. Acesso em: 08 de jun. de 2010.
- MONTEIRO, C.A. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.9 n.24, p.195-207, mai./ago. de 1995.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v.15, n. 43, p. 83-100, 2001

- OLIVEIRA, D.; MELLO, M. A. Novas formas de inserção da agricultura familiar ao mercado como estratégia de desenvolvimento rural. In: **44º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER)**, Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006.
- PLOEG, J. D. van der.; RENTING, H.; BRUNARI, G.; KNICKEL, J. M.; MARDSEN, T.; ROEST, K.; SEVILHA-GUSMAN, E.; VENTURA, F. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v. 40, n. 4. Oct. 2000.
- PLOEG, J. van der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, v.13, n.27, p. 114-140, mai./ago. de 2011.
- SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, n.11, p. 88-125, jan./jun. de 2004.
- SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e emprego no meio rural brasileiro: análise comparativa das regiões Sul e Nordeste. **Parcerias Estratégicas**, ed. Especial, n. 22, p. 217-244, jun. de 2006.
- SCHNEIDER, S. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. Versão Ampliada. Trabalho apresentado no **Congresso Europeu de Sociologia Rural**. Wageningen, Holanda, ago. de 2007.
- SCHNEIDER, S.; FIALHO, M.A.V. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, RS, n. 15, nov. de 2001.
- SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

- SEN, A. **Poverty and famines, an essay on entitlement and deprivation**. Oxford: Clarendon Press, 1981.
- SEN, A. Poor, relatively speaking. **Oxford Economic Papers**, v.35 n.1, p.153-169, Mar. 1983.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. São Paulo: Garamond, 2006.

